

Presenças e invisibilidades dos afro-brasileiros em Vitória da Conquista (Brasil)

Presences and invisibilities of afro-brazilians in Vitória da Conquista (Brasil)

Alberto Bomfim Silva

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB – Vitória da Conquista – Bahia - Brasil



Resumo: O presente artigo analisa a presença dos afro-brasileiros no município de Vitória da Conquista e região, dentro de seu contexto histórico, a partir da colonização portuguesa. Vem apoiado nos estudos de autores locais, com observação empírica, e em outras diversas fontes onde se pretende demonstrar a relevância numérica e histórica dessa população e como ocorre essa invisibilidade no que diz respeito à sua distribuição geográfica e de suas representações sociais. Observou-se que essa invisibilidade imprime aspectos fundamentais na construção ideológica dos modelos de religião, cultura, poder e política na sociedade conquistense.

Palavras-chave: Afro-brasileiros. Invisibilidade. Inferiorização.

Abstract: This article analyses the presence of African-Brazilian in the region of the municipality of Vitória da Conquista within its historical background, from Portuguese Colonization. This work is based on studies produced by local authors, with empirical observations, and in several different sources that show the numerical and historical relevance of this population and how the invisibility of this population takes place concerning its geographical distribution and its social representation. The study demonstrates that the invisibility brings pivotal aspects to the construction of the ideological models of religion, culture, power and politics in the society of Vitória da Conquista.

Keywords: African-Brazilian. Invisibility. Inferiorizing.

1 Introdução

A composição histórica e social brasileira nos oferece situações em que alguns elementos como o samba, a dança e a sensualidade atribuídos às heranças culturais afro-brasileiros são positivados em certos campos sociais. Há, no entanto, situações em que a inferiorização dos negros e mestiços é revelada como uma realidade perversa. Eis uma sociedade construída em torno de contradições que lhe permite proclamar-se étnico-racialmente, democrática e, ao mesmo tempo, assentar-se em juízos de valor segregacionistas, elaborados na contemporaneidade ou herdados dos períodos escravista e pós-abolicionista que transbordam sub-repticialmente para o século XXI.

Em Vitória da Conquista, especificidades à parte, o modelo se repete. Também aqui se distinguem, por exemplo, nos edifícios residenciais onde moram os extratos mais abastados da sociedade, elevadores de uso “social” e elevadores “de serviço”, sob o pretexto de organizar as tarefas cotidianas e o uso dos espaços nos condomínios. Essa diferenciação tem se tornando muito comum, algo que acaba construindo uma prática segregacionista, onde pretos e pobres se encontram em “seu lugar”¹.

Assim, esse trabalho pretende contribuir para uma reflexão sobre a presença afro-brasileira no território de Vitória da Conquista, Bahia, e sobre as formas pelas quais se dão os constructos sócio-históricos que lhe conferem invisibilidade. Tal análise, filiada a um ramo do conhecimento dito “científico”, precisa considerar a encruzilhada em que se encontra a ciência, qual seja, a tarefa que atribuiu a si mesma ser investigadora do real a partir de uma objetividade metodológica, que lhe legitima em seu próprio meio discursivo, e as incertezas de um novo horizonte, que lhe desmistifica o caráter de objetividade neutra,

¹ A expressão “saber qual é o seu lugar”, carregada de subjetividades, traduz as expectativas segregacionistas nas lidas diárias das pessoas, principalmente quando os códigos legais não preveem, e, no limite, até negam a segregação em processos de racialização ou em outros cenários de exclusão. Trata-se do tipo de expressão que demonstra os lugares de pertencimento dos indivíduos no jogo da dissimulação social, como aponta Wlamyra Albuquerque (2009, p. 33).

inserindo (ou recolocando) o sujeito na produção de conhecimento, um sujeito que, ao conhecer, interfere no objeto do conhecimento. Não somente as Ciências Sociais, mas também nas áreas da Química, da Física, da Biologia, da Matemática e, sobretudo, da Física Quântica, apontam para a relevância dessa subjetividade em toda a produção de ciência. Nessa trilha, Boaventura de Souza Santos afirma que “não conhecemos do real senão a nossa intervenção nele” (1988, p.22).

Dessa forma, admite-se uma construção de uma inteligibilidade sócio-histórica, subjetivamente ligada a um sentido de oposição às práticas racistas e excludentes, ao mesmo tempo em que se dá o reconhecimento de uma história dos negros/mestiços na região de Vitória da Conquista.

Embora necessária, e ao mesmo tempo espinhosa, não se fará aqui uma análise da identidade negra², dado à exiguidade desse modelo de texto. Nesse sentido, os usos lexicais de “negro”, “negro/mestiço” ou “afro-brasileiro” alinham-se à compreensão de que o processo de identificação só se pode observar diante do jogo da “différance” (Derrida, 2011, p.77), que é um conceito que diz respeito não apenas às diferenças dos objetos como fundantes da identidade, mas também como co-participativas. Logo, as identidades não são tomadas aqui como objetos determinados, mas como noções fluidicas, que se ressemantizam conforme solicitadas pelas demandas históricas em cada campo social.

2 As observações empíricas

Desde a infância, o deleite de andar de bicicleta esteve entre as sensações que mais me seduziam e foi ela que me deu os anseios de liberdade na minha juventude e nas minhas melhores viagens, acompanhado ou solitariamente. Mantive o hábito de pedalar nos entornos da cidade, quando pude observar as regiões rurais do município, bem como suas periferias urbanas, e constatar algumas características distintas na composição de seu tecido

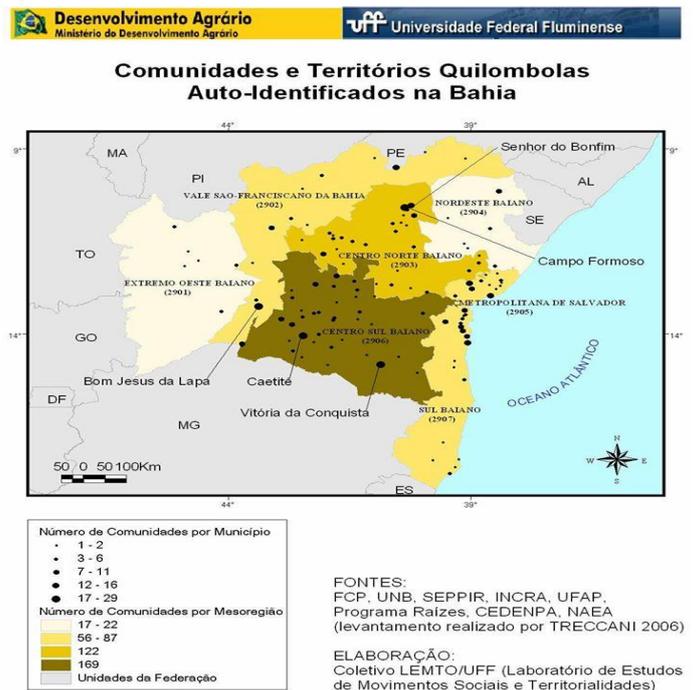
² Para maior discussão sobre o tema ver Alberto Bomfim da Silva (2015, p. 52-66).

social, dentre elas a expressiva presença negra. Tal inferência se confirma em arquivo fotográfico.

Na zona rural de Vitória da Conquista, circulei e observei, desde 1990, mais de 200 povoados. Entretanto, para efeito desse artigo, tomo como referência apenas as incursões pelas áreas rurais realizadas a partir do ano de 2005, quando a questão da presença e da invisibilidade afro-brasileira se torna uma preocupação, bem como ensaio fotográfico feito em 2015. O veículo escolhido (bicicleta) trouxe vantagens estratégicas para as observações como a aproximação silenciosa aos locais, uma maior integração com os ambientes e uma aproximação das pessoas sem estranhamentos e, por fim, maior mobilidade por caminhos de roça, inacessíveis a automóveis. Entre povoados e sedes distritais observadas estão: Limeira, Pé de Galinha, Iguá, Porcos I, Porcos II, Cachoeira, Laranjeiras, São Sebastião, Pedra Branca, Choça e Estiva. Na zona urbana, os bairros periféricos visitados foram: Patagônia, Kadija, Conveima I, Conveima II, Copacabana I, Copacabana II, Senhorinha Cairo, Pedrinhas, Bruno Barcelar e Vila América.

Além desses lugares, existem as comunidades já identificadas como quilombolas e outras que estão em processo de certificação que, somadas, seriam 42³, número expressivo e de grande significado para entender não somente a história da escravidão em Vitória da Conquista, mas a trajetória dos negros que se estabeleceram na região, motivados por situações diversas. O mapa demonstrando a concentração de quilombos da Bahia por região (figura 1) oferece fundamentação para tal análise.

Figura 1 – Mapa das comunidades remanescentes de quilombos da Bahia



Fonte: FCP, UNB, SEPPIR, INCRA, UFAP, Programa Raízes, CEDENPA⁴.

Como demonstrado no mapa, a mesorregião que se estende das áreas de influência de Vitória da Conquista até a área de influência de Caetitê, concentra o maior número de comunidades remanescentes de quilombo da Bahia. Essa mesorregião, destacada no mapa com a cor mais escura, engloba parte do território que ficou conhecido na historiografia conquistense como “sertão da ressaca”. A importância desse mapa é complementada pela tabela oferecida pelo Ministério da Cultura, através da Fundação Palmares, com dados atualizados no ano de 2013 que informam a existência de 584⁵ (quinhentos e oitenta e quatro) comunidades remanescentes de quilombo, certificadas, na Bahia, o que a torna o estado com maior número dessas comunidades em todo o território nacional, seguido por Maranhão, Minas Gerais e Pará.

³ Segundo os Agentes de Pastoris Negros de Vitória da Conquista (APNs) são 29 comunidades quilombolas certificadas e 13 em processo de certificação.

⁴ Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=387842191272877&set=a.387841287939634.87136.100001412995895&type=3&theater> acesso em 17.04.2015.
⁵ <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/4-quadro-geral-das-crqs-ate-25-10-2013.pdf>, acesso em 16.04.2015.

Percebe-se, então, que a região de que tratamos possui uma das maiores concentrações de territórios quilombolas dentro do estado que, por sua vez, possui o maior número dessas comunidades no Brasil. É, portanto, relevante.

3 Uma breve história do negro em Vitória da Conquista

A chegada dos antepassados destes “negros” ou “mestiços” na região de Vitória da Conquista, denominada de Sertão da Ressaca no período colonial, é, possivelmente, anterior à dos próprios europeus, como nos permite pensar os estudos conduzidos por Moura (1981), Ivo (2010), Sousa (2001) e outros autores. Segundo Isnara Ivo (2012), os desbravadores Pedro Leolino Mariz, João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa, avançaram as conquistas territoriais da Coroa Portuguesa a partir da capitania de Minas Gerais na direção dos sertões da Bahia. Esses indivíduos tinham, oficialmente, no início do século XVIII, a função de abrir novos caminhos, descobrir minas de ouro e pedras preciosas, reduzir o *gentio*, estabelecer fazendas de gado e desarticular possíveis quilombos encontrados na região.

Ou seja, para a Coroa Portuguesa já era esperado que houvesse ajuntamentos de negros fugidos na região. Quando já era senhor destas terras, com o título oficial de capitão- mor, João Gonçalves da Costa fora acusado pelo ouvidor da Capitania de Ilhéus de ter dado proteção a “fugitivos das Minas” no Sertão da Ressaca (IVO, 2012 p. 110). Isso evidencia a presença negra no período que precede a colonização oficial. Mas, com certeza, houve momentos de conflito: “Os índios Mongoiós ou Nogoíós que lutavam contra o domínio dos bandeirantes eram orientados por escravos fugidos, tendo João Gonçalves da Costa apreendido dos mesmos, em entrada que efetuou em 1783 (...)” (MOURA, 1981, p. 107). Essa passagem do texto de Clóvis Moura remete ao processo de mestiçagem que se deu entre índios e negros na região. O conjunto das obras estudadas para esse artigo permite pensar

que, se por um lado a situação dos negros no Sertão da Ressaca era de constante luta, perseguição e submissão, a situação dos indígenas era de constante luta, perseguição, submissão e extermínio.

João Gonçalves da Costa, apontado pela Historiografia como um dos principais fundadores da cidade de Vitória da Conquista, era um “preto forro⁶”, nascido em Chaves, Portugal, onde foi escravo até adquirir sua liberdade e ser enviado ao Brasil a serviço da Coroa Portuguesa, crescendo em prestígio diante da administração metropolitana, fazendo parte, inclusive, do terço de Henrique Dias⁷.

O capitão mostrou-se resistente o suficiente para permanecer no lugar em condições adversas; violento o bastante para agredir de diversos modos os habitantes anteriores da terra, os índios Mongoiós e Imborés, a ponto de quase fazê-los desaparecer do lugar. Conseguindo, assim, fundar um arraial, que, mais tarde (1840), seria designado Imperial Vila da Vitória, garantindo seu poder e de seus descendentes sobre o Sertão da Ressaca e causando incômodos aos governos das capitanias de Minas e Ilhéus.

É o próprio João Gonçalves quem informa numa carta remetida ao desembargador e ouvidor da Capitania de Ilhéus, que encontrara aldeias indígenas que conviviam com negros fugidos, uma delas, inclusive, liderada por um “mulato”:

Devo dizer a V.M. que em algumas destas aldeias se acham metidos alguns escravos que fugiram lá debaixo e um mulato ladino que me dizem, é capitão de uma das aldeias [...] e esta foi uma das razões porque me não resolvi a fazer a paz, receoso de que os ditos escravos me fizesse alguma traição, vendendo-me com tão pouca gente⁸. (Apud: SOUSA, 2001, p.53)

⁶ João Gonçalves da Costa é referido como “preto forro” pelo conde André de Melo e Castro, no documento que lhe confere a patente de capitão-mor do terço dos Henriques, conforme Sousa (2001, p.68).

⁷ Segundo Kabengele Munanga, existiu no Brasil colonial conjunto de tropas exclusivamente de soldados e oficiais pretos chamados “Henriques” em referência a Henrique Dias, negro ex-escravo, que conseguiu a alforria por ter lutado, a favor dos portugueses, contra os holandeses em 1654, como muitos negros o fizeram na época em troca da promessa de liberdade, depois da guerra contra os holandeses, Henrique dias continuou servindo aos interesses da coroa combatendo em outras guerras inclusive contra os quilombos. Seu nome tornou-se sinônimo de negro que se alinha aos interesses da “supremacia branca” (MUNANGA e GOMES, 2006, p.79).

⁸ Cópia da carta do desembargador e ouvidor de Ilhéus aos Exmos. Governadores (SOUSA, 2001, p.53).

Os relatos do Príncipe Maximiliano Wied Neuwied sobre sua passagem pelo Arraial da Conquista, no início do século XIX, também apontam para o mesmo caminho, mostrando que já ia avançado o processo de mestiçagem no Sertão da Ressaca, indicando como a presença negra se fez chegar antes mesmo dos portugueses:

Tinha nas margens do Rio Grande de Belmonte o resto de tribo de índios que a si mesmos dão o nome de Camacãs, os portugueses denominam nos “menian”. Segundo aprendi, esses ‘menian’ constituem realmente um ramo dos camacãs, porem degenerado, não são mais da raça indígena pura, tendo a maioria deles o cabelo encarapinhado dos negros e também a cor escura. (...) (Apud: SOUSA, 2001)

Ao utilizar o léxico “degenerado” para se referir ao processo de mestiçagem de índios e negros, o príncipe Maximiliano revela-se, aparentemente, partícipe das construções discursivas do cientificismo, próprias de seu tempo, que criou o conceito de eugenia, atribuindo à “raça branca” o conceito de superior. Inferiorizando, portanto, os demais grupos étnico-raciais e as mestiçagens. Seria, talvez, um precursor desta linguagem nesse território.

O próprio nome da cidade é já uma demonstração do quanto sua formação está vinculada ao discurso da superioridade “branca”. Denominada primeiro: *Arraial da Conquista*, depois *Imperial Vila da Vitória*, em seguida apenas *Conquista*, passando a ser chamada, desde 1943, de *Vitória da Conquista*. Uma exaltação permanente do suposto “heroísmo” dos colonizadores, representantes dos agenciamentos daquela dita “raça branca superior”, embora a aparente contradição de ser o João Gonçalves da Costa um “preto forro”. Tal fato contrasta com algumas cidades vizinhas, cujos nomes têm pertencimento ao tronco linguístico Tupi-Guarani, como Iguai, Itambé, Ibicuí, Itapetinga, Anagé e outras. Assim, o nome da cidade exalta o processo de extermínio dos indígenas na região, amplamente praticado por seu fundador, como demonstra Ivo (2012, p. 110).

Costa submeteu os índios e ainda explorou a mão de obra nativa na construção de aldeamentos, empreendimento acompanhado de violência que resultou ou na dizimação total de alguns grupos e na segmentação em pequenas tribos mantidas sob constante vigilância.

A ação violenta de João Gonçalves da Costa - e do grupo por ele liderado - foi responsável pelo extermínio de diversos grupos indígenas na região. Mas não somente os índios foram perseguidos. Os quilombos, que se fizeram presentes na região de modo relevante, foram alvo de sua voracidade. Como afirma a mesma autora (2012, p. 107), “as investidas dos conquistadores não se limitavam apenas à submissão dos índios; os quilombos existentes na região também se tornaram alvo dos novos donos do lugar.”

Também podemos inferir sobre a presença negra de Vitória da Conquista a partir da observação das religiosidades afro-brasileiras que se fazem presentes na cidade desde sua fundação. Acrescenta muito à discussão o estudo conduzido por Itamar Aguiar que localizou, na cidade, 87 templos de religiões afro-brasileiras em funcionamento, no ano de 2006, instalados a partir do início do século XX. Se observarmos os Códigos de Postura da Câmara da Imperial Vila da Vitória, podemos notar evidências dessas práticas religiosas desde o século XIX. Essas leis, notadamente, atuavam no sentido de impedir a sua difusão, bem como eliminá-las da prática social. Assim, “lançar imundícies nas ruas ou travessas dêllas” poderia culminar na “pena de 1\$000 reis, sendo o infrator escravo sofrerá dous dias de prisão; salvo se o senhor pagar a multa”, conforme previsto no artigo 13 do Código de Posturas (cit. por: AGUIAR, 2007, p.85).

Entre as tais “imundícies”, não estariam os despachos com comidas e outros objetos típicos dos rituais do candomblé? Do contrário, por que a necessidade de afirmar que, em se tratando de escravo, haveria pena de dois dias de prisão, se tais “imundícies” não fossem atribuídas principalmente aos negros? Também o Artigo 35 não nos deixa dúvidas quanto à existência dos rituais de terreiro: “são proibidos ajuntamento de escravos com

batuques, e algazarras dentro da vila e arraiais: pena de quatro dias de prisão, à cada hum que fizer tais ajuntamentos” (idem).

Se a lei proibia os ritos na vila e nos arraiais, seria presumível que as zonas rurais se tornassem uma alternativa para a manutenção dos cultos. O que substancia a tese central desse artigo que é demonstrar a intensidade da mestiçagem na zona rural e periférica de Vitória da Conquista. Mesmo no decorrer do século XX, quando a Constituição Federal já previa liberdade de culto, as proibições continuavam, como pode ser observado no Código de Posturas do município de 1954:

É expressamente proibido sob pena de multa ou prisão: I – Perturbar o sossego público com ruidos e sons excessivos evitáveis tais como:[...] II – Promover batuques, sambas, candomblés, e outros divertimentos congêneres na cidade, vilas e povoados, sem licenças das autoridades, não se compreendendo nesta vedação os bailes e reuniões familiares. (idem).

Por que outra razão o poder local haveria de insistir na perseguição aos rituais afro-brasileiros se eles não fossem algo comum? Se não existissem de um modo tão arraigado que acabassem por se tornar um incômodo para aqueles que não os toleravam? Ainda revelador, é o fato de que a lei expressa claramente que o barulho que não se aceita, é aquele ligado às práticas culturais afro-brasileiras, pois os barulhos dos “bailes e reuniões familiares” eram permitidos.

Tais elementos fazem-nos constatar a intensa presença dos afros brasileiros na região do Sertão da Ressaca, antes mesmo da fundação do Arraial da Conquista. Em meio às relações da escravidão colonial, quando fugindo do cativeiro (provavelmente das Minas) alguns grupos de negros começaram a se estabelecer na região, iniciando um processo de mestiçagem no encontro com os índios Mongoiós, Aymorés e Kamakãs.

4 As notas cromáticas

Os registros de identidade dos guardas municipais da cidade de Vitória da Conquista referentes às décadas de 1940 e 1950 acrescentam informações valiosas à história da presença afro-brasileira na cidade. Encontram-se no Arquivo Público Municipal as “cédulas de identidade” de 29 (vinte e nove) guardas municipais contratados entre 1945 e 1954. Entre outras informações, essas cédulas de identidade trazem um quadro denominado “notas cromáticas”, em que se inserem características fenotípicas dos indivíduos que foram contratados pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, para servirem como guardas, tais eram: cútis (cor da pele), cabelo, barba, bigode e olhos. Além disso, as fichas trazem em anexo fotos com o rosto dessas pessoas.

A partir dos documentos encontrados, não há como saber se as informações contidas nas notas cromáticas são autodeclaradas ou se preenchidas pelo critério de algum outro funcionário público. Mas, é bem possível, que algumas daquelas “cútis” identificadas ali como “morena” ou “parda”, fossem, nos dias atuais, identificadas como negras, como parece ser o caso de Valdemar Pereira dos Santos:

Figura 2 – Cédula de identidade de guarda municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
CÉDULA DE IDENTIDADE
Vitória da Conquista, 17 de dezembro de 1956
Dec. n. 213 de 2 de janeiro de 1956
Matricula n.
Nome Valdemar Pereira dos Santos
Idade 35 anos, nascido a 12 de dezembro de 1921
Pai Antonio Pereira dos Santos
Mãe Jardelina Alves Maria de Jesus
Estado Civil solteiro
Natural de Itaquara - Bahia
Profissão Polícia Municipal
Residência Vitória da Conquista - Bahia
Observações

Notas cromáticas		Retrato tirado em
Cútis	Parda	
Cabelo	Cast. esc. cres.	
Barba	Raspada	
Bigode	fino	
Olhos	cast. esc.	

Polegar direito

Assinatura do portador
Valdemar Pereira dos Santos

Assinatura do Prefeito
Antônio Pereira dos Santos

Não é válido o retrato que não tiver o carimbo da Prefeitura.

Fonte: Arquivo público municipal de Vitória da Conquista.

Segundo as informações na cédula de identidade de Valdemar Pereira dos Santos, a sua cútis era “parda”, enquanto seu cabelo era “cast. Esc. Cres.”, entendido aqui como castanho, escuro e crespo. O termo “pardo”, que transporta muitas semânticas⁹, nesse caso, aparentemente, pretende negar o mulato, o negro, o afro ou o preto; portanto, tratava-se da construção, a partir da linguagem, de uma identidade que aproximasse aqueles indivíduos, imersos na mestiçagem, dos signos adequados aos interesses desenvolvimentistas daquela sociedade, ainda, eivados da concepção eugenista.

Entre as 29 cédulas de identidade encontradas, todas de homens, 16 são de pessoas de outras cidades da Bahia e do Nordeste, apontando para uma forte imigração. Entre todos eles, apenas três foram identificados como de cútis branca. E, curiosamente, entre os 13 indivíduos cuja naturalidade era de Vitória da Conquista, nenhum foi identificado com a cútis branca.

5 A invisibilidade do negro na contemporaneidade

Aparentemente, está em curso uma ressignificação da presença afro-brasileira em Vitória da Conquista. Como, de modo geral, no Brasil, nota-se mais espaço para personagens negras nas campanhas midiáticas, de diversos gêneros. Talvez essa mudança esteja ligada ao crescimento dos movimentos negros desde a década de 1980¹⁰, que reivindicavam maior espaço para os afro-brasileiros na sociedade ou às próprias demandas do capitalismo contemporâneo, no anseio de incorporar os negros como consumidores de produtos e serviços¹¹. Apesar disso, permanece ainda certo grau de invisibilidade dessas populações.

⁹ O exame do termo “pardo” é realizado aqui conforme discutido por Larissa Viana (2007).

¹⁰ O estudo sobre os Agentes de Pastoral Negros de Vitória da Conquista aponta para a formação das organizações dos movimentos negros na cidade a partir de 1986, assim entendidas como organizações políticas, já que grupos culturais como as escolas de samba são bem anteriores (SILVA, 2015).

¹¹ Para Zygmunt Bauman (2001, p. 38) o capitalismo, em sua fase de “modernidade líquida”, apesar de continuar sendo contrário a uma sociedade “justa”, incorporou o discurso

A zona rural e as periferias se apresentam especialmente interessantes para verificar a presença negra, pois nessas áreas houve uma maior conservação das características mestiças anteriores ao grande crescimento demográfico e migratório de Vitória da Conquista no século XX, sobretudo, após a construção da Rodovia BR 116.

Nota-se isso não só nas características fenotípicas, como na cultura religiosa onde, apesar da imposição do cristianismo por séculos, vemos, ainda, claramente, as permanências das religiões afro-indígenas nas rezas, nos rituais de cura e benzedura, no uso das plantas medicinais, nas práticas xamânicas como pedidos e orações a entidades como “preto velho” ou “caboclo das matas”, nos discursos orais como se observa numa fala corrente na região, isto é, no dizer que “fulano de tal parece ter o corpo fechado”. Também nesse ponto, Vitória da Conquista não se distancia, de um modo geral, da formação religiosa brasileira, bastante envolvida na mestiçagem. No início do século XX, Nina Rodrigues sugeria que o catolicismo no Brasil foi uma “ilusão¹²”, tão envolvidas as pessoas eram com as religiões de matriz africana, apesar de declararem-se católicas.

Também nas festas populares há distinções, como a valorização maior de eventos ligados às festividades de São João cujos valores, próximos de uma cultura católica, se misturam a outros valores herdados dos saberes populares acima citados. Se as festividades do São João estão presentes na zona rural, o mesmo não ocorre com o Natal, prática essa mais presente na zona urbana e mais próxima à ortodoxia cristã do que dos saberes populares herdeiros da mestiçagem.

Para ajudar a compreensão do que afirmamos, apresentamos o seguinte quadro com os dados demográficos mais recentes do município de Vitória da Conquista:

ético/político dos direitos humanos, apropriando-se, em parte, do discurso de luta por igualdade racial dos movimentos negros.

¹² Conforme Yvonne Maggie, 2007, p. 347.

POPULAÇÃO (ESTIMATIVA 2012)	
População Urbana	274.739
População Rural	32.127
Homens	147.879
Mulheres	158.987
População total	315.884
POPULAÇÃO POR COR OU RAÇA	
Branca	99.595
Preta	31.082
Amarela	1.397
Parda	174.436
Indígena	354
POPULAÇÃO SEGUNDO A RELIGIÃO	
Católica Apostólica Romana	183.442
Católica Apostólica Brasileira	1.191
Católica Ortodoxa	135
Evangélicas	75.880
Outras religiosidades cristãs	3.917
Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias	432
Testemunhas de Jeová	1.969
Espiritualista	79
Espírita	5.502
Umbanda e Candomblé	450
Judaísmo	68
Novas religiões orientais	199
Tradições esotéricas	67
Outras religiosidades	13
Sem religião	32.252
Não determinada e múltiplo pertencimento	1.066
Não sabe	183
Sem declaração	23

Fonte: IBGE, informações 2013¹³ (negritos nossos).

O quadro acima apresentado, articulado com as observações empíricas, revela que Vitória da Conquista guarda uma invisibilidade sub-reptícia da presença negra. Embora 205.518 habitantes tenham se declarado de cor preta ou parda, representando 65,06% do total, essa sociedade se enxerga “branca”. Por diversos padrões como os roteiros de trânsito a distribuição geográfica, as referências históricas, a construção dos “heróis” da cidade, os locais privilegiados dos registros do fazer social e, sobretudo, pela idealização do cidadão representativo que é realizado pela comunicação social da cidade, nos jornais televisivos, principalmente, mas também no rádio e impressos, na propaganda comercial, nas escolhas do perfil de modelos das agências de publicidade, entre tantas outras representações. Em todas essas práticas culturais há, ainda, não só uma inferiorização do lugar do negro na sociedade, como também uma prática de apagamento de sua existência.

¹³ O quadro apresentado está disponível no sítio da internet da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista: <http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/dados-estatisticos/>, acesso em 16.09.2013

Está claro que, de modo geral, essa condição não é sem par, antes se observa em diversos lugares do Brasil situações correlatas em que o racismo se impõe nas práticas sociais. No entanto, cada lugar traz suas especificidades. Para nível de comparação poderíamos citar a paisagem urbana da cidade do Rio de Janeiro em que, diferente de Vitória da Conquista, inúmeras comunidades economicamente menos favorecidas, negras por excelência, estão fincadas nos morros que margeiam bairros tradicionais da cidade em toda a Zona Sul, obrigando-se uns e outros a se tomarem conhecimento e se verem dia-a-dia.

Em Vitória da Conquista, a zona rural não está presente no imaginário coletivo do cotidiano da cidade. As mídias locais não a retratam e os cidadãos do espaço urbano normalmente não têm interesse por ela, salvo poucos que encontram um motivo para visitá-la como alguns funcionários públicos como professores e agentes de saúde; alguns proprietários de terra que residem na zona urbana e ciclistas que usam os caminhos da zona rural em sua prática esportiva. Mesmo entre essas pessoas, que formam grupo reduzido, são poucas as que conhecem mais que um ou dois povoados.

Percebemos assim uma invisibilidade da zona rural, muito embora a extensão desta área, formada por 11 distritos e 284¹⁴ povoados, onde residem mais de 32.000 pessoas, possa contribuir para isso. Pode-se verificar ao entrar num ônibus da zona rural, não importa se ele vai ao sentido do Centro ou no sentido do interior do município, a maioria absoluta de seus passageiros são os moradores desses lugares. É raro vê-se algum morador da área urbana. A zona rural de Vitória da Conquista é um universo predominantemente negro e quase desconhecido da cidade.

Também a realidade das periferias urbanas, onde há maior concentração de negros, passa por mecanismos que lhes conferem invisibilidade. Os bairros periféricos são pouco retratados nos veículos de comunicação e, quando o são, estão na maioria

¹⁴ Números informados pela Prefeitura de Vitória da conquista <http://www.pmvc.com.br/v1/conteudo/15/geografia.html> acesso em 14.08.2012.

das vezes associados à criminalidade. No que diz respeito à distribuição geográfica, esses bairros estão distantes entre si com poucas vias de comunicação, realidade comum a diversas cidades no Brasil e no mundo. A circulação de ônibus dá-se comumente no sentido periferia-centro-periferia e não periferia-periferia. De modo que um cidadão morador do bairro Renato Magalhães, normalmente, pouco se dê conta da existência do Bruno Barcelar, das Pedrinhas, do Coveima ou dos Campinhos, mas quase todos têm conhecimento do que acontece nos bairros centrais onde estão os serviços públicos, as faculdades, o comércio, os bancos e onde se realizam os eventos sociais de maior concentração¹⁵.

Embora tenha havido mudanças, a representação (ou não representação) dessa população na comunicação social chega a ser de fato perversa. Primeiro pela eleição silenciosa de um tipo ideal para ser apresentado nas diversas mídias que quase sempre se distancia das referências estéticas afro-brasileiras. Com poucas exceções, a exemplo da música, os diversos elementos culturais de matriz afro-brasileira são simbolicamente inferiorizados nas representações da maioria das comunicações sociais. Segundo pela ostensiva apresentação da violência urbana intimamente associada à imagem do negro.

O relatório do IBGE revela outras facetas dessa invisibilidade muito importantes, como a esmagadora opção da população por se identificar com a cor/raça “parda”, apontando para um constrangimento dos indivíduos em declarar-se “pretos”. Apenas 450 pessoas em toda a cidade se revelaram seguidores do candomblé, quando a pesquisa do professor Itamar P. Aguiar, que citamos anteriormente, aponta para a existência de 87 terreiros. Presumindo-se que, em cada templo, haja dezenas de frequentadores, com diferentes graus de pertencimento, muitas das quais adeptas de outras

religiosidades, o número apresentado pelo IBGE parece não traduzir o cenário das religiões de matriz africana na cidade.

Do mesmo modo, verificamos a distribuição dos terreiros de candomblé e umbanda que se estabelecem nas periferias e não nos bairros centrais, como confirma Itamar Aguiar (2007, p. 93):

Ao observarmos a localização e distribuição desses terreiros no espaço urbano da época, algo nos chamou atenção. Eles ocupavam os limites: sul, sudoeste, oeste, norte e nordeste da cidade, que era habitado por trabalhadores descendentes de negros e indígenas e de alguns migrantes que, com a construção da BR-116 aos poucos estava chegando.

A presença negra esteve, por muito tempo, no subterrâneo de nossa memória coletiva. Só a partir da década de 1990 surgiram, em número razoável, pesquisas e trabalhos acadêmicos voltados para o tema, no mesmo período em que as organizações dos movimentos sociais negros ganham relevância social em Vitória da Conquista. Na década seguinte, o Estado começaria a realizar políticas públicas de afirmação social, ampliando, assim, o interesse por essa temática, cujas reflexões esse artigo pretende contribuir.

6 Referências

- AGUIAR, Itamar Pereira. Do púlpito ao Baquiço: religião e laços familiares na trama da ocupação do sertão da ressaca. Tese de doutoramento, PUC, 2007.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. Um discurso sobre as ciências. Porto: Edições Afrontamentos, 1988.
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- Cédulas de identidade da guarda municipal. Notas cromáticas - Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista - Fundo: Gabinete do Prefeito (1940-1991) - Grupo: Secretária da Prefeitura - Serie: Fichas Funcionais.

¹⁵ De um modo geral, as periferias se comunicam mais com os bairros centrais do que entre si, como se verifica nos roteiros de ônibus. Disponível em: <http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/wp-content/uploads/D32-Nossa-Senhora-Aparecida-x-UESB.pdf> acesso em 13/01/2014. Horários de ônibus. Disponível em: <http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/wp-content/uploads/R10-Campinhos-x-Centro.pdf> acesso em 13/01/2014. Horários de ônibus. Disponível em: <http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/wp-content/uploads/D40-Jardim-Val%C3%A9ria-x-UESB.pdf> acesso em 13/01/2014.

- ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL. LEI 12.288/2010.
- GRUZINSKI, Serge. O pensamento mestiço. São Paulo: Companhia das letras, 2001.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Editora Centauro, 2006.
- IVO, Isnara Pereira. Homens de Caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII. Vitória da Conquista: edições UESB, 2012.
- MAGGIE. Yvonne. Medo do feitiço 15 anos depois: "a ilusão da catequese" revisitada. In: CUNHA, Olivia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. Quase cidadãos: histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala. São Paulo: Lech Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- MUNANGA, Kabengele e Gomes, Nilma Lino. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global, 2006.
- NASCIMENTO, Washington Santos. Construindo o "negro": lugares, civilidades e festas em Vitória da Conquista/BA (1870-1930). Mestrado em Ciências Sociais: Antropologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil, 2008.
- PALMARES. Quadro geral das comunidades remanescentes de quilombos. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/4-quadro-geral-das-crqs-ate-25-10-2013.pdf> acesso em 16.04.2015.
- PMVC. Dados estatísticos, Disponível em: <http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/dados-estatisticos/>, acesso em 16.04.2015.
- PMVC. Distritos e povoados. Disponível em: <http://www.pmvc.com.br/v1/conteudo/15/geografia.html>, acesso em 14.08.2012
- PMVC. Roteiro de ônibus. Disponível em: <http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/wp-content/uploads/D32-Nossa-Senhora-Aparecida-x-UESB.pdf>, acesso em 13.01.2014.
- RAJAGOPALAN, Kanavilil. A nova pragmática: fases e feições de um fazer. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- SILVA, Alberto Bomfim. Os Agentes de Pastoral Negros (APNs) de Vitória da Conquista (1986-2010). Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, Vitória da Conquista, 2015.
- SOUSA, Maria Aparecida de. A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.
- VIANA, Larissa. O idioma da mestiçagem. Campinas: Editora Unicamp, 2007.